



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 3578/2014

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.23.002.000386/2013-11

ORIGEM: PRM/SANTARÉM-PA

PROCURADOR SUSCITANTE: LUIZ EDUARDO C. OUTEIRO HERNANDES

PROCURADOR SUSCITADO: RONALDO MEIRA DE VASCONSELOS ALBO

RELATORA: LUIZA CRISTINA FONSECA FRISCHEISEN

NOTÍCIA DE FATO. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES. POSSÍVEL PRÁTICA DO CRIME PREVISTO NO ART. 343 DO CP POR ATUAL PREFEITA. CONHECIMENTO DO CONFLITO PARA DECLARAR A ATRIBUIÇÃO DA PRR DA 1ª REGIÃO PARA DAR CONTINUIDADE À PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de notícia de fato instaurada a partir de termo de audiência remetido por Juiz Eleitoral para apurar possível prática do crime previsto no art. 343 do CP por Prefeita municipal, que teria oferecido à testemunha o cargo de Conselheira Tutelar, desde que esta desistisse de prestar depoimento em audiência judicial.

2. O feito foi inicialmente distribuído à PRM/Santarém-PA, tendo o Procurador da República oficiante declinado de suas atribuições à Procuradoria Regional da República da 1ª Região, uma vez que o crime ora noticiado teria sido cometido pela atual Prefeita.

3. O Procurador Regional da República da 1ª Região (ora suscitado), devolveu o procedimento à PRM/Santarém-PA para que fossem realizadas as oitivas das pessoas envolvidas no possível ilícito, colacionando precedente do STF no sentido de que *“... a simples menção de nome de parlamentar, em depoimentos prestados pelos investigados, não tem o condão de firmar a competência do Supremo Tribunal para o processamento de inquérito.”*

4. O Procurador da República atuante na PRM/Santarém-PA, para o qual os autos foram devolvidos, suscitou conflito negativo de atribuições, por entender que a autoria dos fatos criminosos é atribuída pela testemunha à atual Prefeita de forma direta, e não por simples menção. Assim, o titular da ação penal no caso em apreço é a Procuradoria Regional da República da 1ª Região, tendo em vista o foro por prerrogativa de função em Tribunal de 2ª instância (art. 29, X, do CP).

5. O oferecimento ou promessa de qualquer vantagem à testemunha para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, já são suficientes para configurar, em tese, o crime em análise.

6. A autoria dos fatos aqui tratados é atribuída pela testemunha à atual Prefeita de forma direta, e não por simples menção. Ou seja, não se trata apenas de menção ao nome da gestora municipal, mas sim de imputação de conduta que, em tese, a colocam como autora direta e imediata dos fatos criminosos articulados na representação.

7. Pelo conhecimento do presente conflito negativo de atribuição e, no mérito, por sua procedência para reconhecer a atribuição da Procuradoria Regional da República da 1ª Região (suscitado) para dar continuidade à persecução penal.

Trata-se de notícia de fato instaurada a partir de termo de audiência remetido pelo Juiz Eleitoral da 104ª Zona Eleitoral para apurar possível prática do crime previsto no art. 343 do CP, pela Prefeita do Município de Belterra/PA, DILMA SERRÃO FERREIRA SILVA.

Consta dos autos que Pamela Katrine Azulay Rayol, em depoimento prestado nos autos da ação de investigação judicial eleitoral, em 11/5/2013, afirmou ter recebido por parte da referida Prefeita proposta para exercer o cargo de Conselheira Tutelar do Município “caso não prestasse depoimento em juízo”.

O feito foi inicialmente distribuído à PRM/Santarém-PA, tendo o Procurador da República Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandes declinado de suas atribuições à Procuradoria Regional da República da 1ª Região, uma vez que o crime ora noticiado teria sido cometido pela atual Prefeita de Belterra/PA, sendo competente o Tribunal Regional Federal, conforme disposto nos arts. 29, X, e 109, IV, da CF (fls. 14/15).

O Procurador Regional da República da 1ª Região, Ronaldo Meira de Vasconcellos Albo (ora suscitado), devolveu o procedimento à PRM/Santarém-PA para que fossem realizadas as oitivas das pessoas envolvidas no possível ilícito, colacionando precedente do STF no sentido de que “... a simples menção de nome de parlamentar, em depoimentos prestados pelos investigados, não tem o condão de firmar a competência do Supremo Tribunal para o processamento de inquérito.” Ressaltou que (fls. 22/23):

Afirma, ainda, que aceitou a proposta, embora a promessa não tenha se concretizado face à derrota pela própria depoente (Pamela) em pleito para exercer o mencionado cargo.

Repise-se. É o único documento nos autos que aponta para a prática delituosa noticiada e que sugere a co-autoria de atual prefeita.

O Procurador da República Luiz Eduardo Camargo Outeiro Hernandes, atuante na PRM/Santarém-PA, para o qual os autos foram devolvidos, suscitou conflito negativo de atribuições, por entender que a autoria

dos fatos criminosos é atribuída pela testemunha à atual Prefeita de forma direta, e não por simples menção. Assim, o titular da ação penal no caso em apreço é a Procuradoria Regional da República da 1ª Região, tendo em vista o foro por prerrogativa de função em Tribunal de 2ª instância (fls. 25/27).

Os autos foram remetidos a esta 2ª CCR, para dirimir o conflito negativo de atribuições instaurado, nos termos do art. 62, VII, da LC 75/93.

É o relatório.

Merece prosperar o conflito de atribuições favoravelmente ao suscitante.

O ilícito penal que se apura nestes autos encontra-se previsto no art. 343 do CP, que dispõe:

Art. 343. Dar, oferecer ou prometer dinheiro ou qualquer outra vantagem a testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete, para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, perícia, cálculos, tradução ou interpretação:

Pena - reclusão, de três a quatro anos, e multa.

Parágrafo único. As penas aumentam-se de um sexto a um terço, se o crime é cometido com o fim de obter prova destinada a produzir efeito em processo penal ou em processo civil em que for parte entidade da administração pública direta ou indireta.

Tem-se, portanto, que o oferecimento ou promessa de qualquer vantagem a testemunha para fazer afirmação falsa, negar ou calar a verdade em depoimento, já são suficientes para configurar, em tese, o crime em análise.

No presente caso, a atual Prefeita do Município de Belterra/PA teria oferecido à Pamela o cargo de Conselheira Tutelar, desde que esta desistisse de prestar depoimento na audiência judicial.

Dessa forma, conforme relatado pelo Procurador suscitante, a autoria dos fatos aqui tratados é atribuída pela testemunha à atual Prefeita Dima de forma direta, e não por simples menção. Ou seja, não se trata apenas de menção ao nome da gestora municipal, mas sim de imputação de conduta

que, em tese, a colocam como autora direta e imediata dos fatos criminosos articulados na representação.

Tratando-se, assim, de crime em tese praticado por Prefeita municipal, a atribuição para atuar no feito é da Procuradoria da República da 1ª Região, em razão do reconhecimento do foro por prerrogativa de função em Tribunal de 2ª instância (art. 29, X, da CF).

Com esses fundamentos, voto pelo conhecimento do presente conflito negativo de atribuição e, no mérito, por sua procedência para reconhecer a atribuição da Procuradoria Regional da República da 1ª Região (suscitado) para dar continuidade à persecução penal.

Encaminhem-se os autos ao Procurador Regional da República da 1ª Região Ronaldo Meira de Vasconcellos Albo, dando-se ciência, por cópia, ao Procurador da República suscitante.

Brasília, 12 de maio de 2014.

Luiza Cristina Fonseca Frischeisen
Procuradora Regional da República
Suplente – 2ª CCR